

RECURSO ESPECIAL Nº 1.830.884 - RS (2019/0233812-0)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : **LEANDRO LOCIVAL MACHADO (PRESO)**
ADVOGADOS : **RAFAEL RAPHAELLI - DEFENSOR PÚBLICO - RS032676**
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **LEANDRO LOCIVAL MACHADO**, com amparo no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado, na parte que interessa:

"[...] CONFISSÃO ESPONTÂNEA. NÃO CONFIGURADA.

A confissão do acusado mostrou-se de pouco valor ao processo, pois além de ter sido parcial (pois exclusivamente relativa à subtração, havendo negativa de emprego de violência ou grave ameaça), muito pouca influência teve na formação do convencimento da Magistrada no contexto fático-probatório dos autos, em que a responsabilidade penal já vinha robustamente sendo delineada desde a fase investigativa, a partir das imagens captadas pelos equipamentos de segurança do mercado e do reconhecimento pela vítima, e que, em Juízo, sequer houve confissão." (e-STJ, fls. 198-199)

Aponta o recorrente, além de divergência jurisprudencial, violação do art. 65, III, "d", do Código Penal. Alega, em síntese, que deve ser reconhecida a atenuante da confissão e, conseqüentemente, compensada com a agravante da reincidência.

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 232-235).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 269-273).

É o relatório.

Decido.

No que tange à atenuante da confissão, este Superior Tribunal tem assentado que a confissão, ainda que parcial, ou mesmo qualificada – em que o agente admite a autoria dos fatos, alegando, porém, ter agido sob o pálio de excludentes de ilicitude ou de culpabilidade –, deve ser reconhecida e considerada para fins de atenuar a pena (HC 337.797/MA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 18/2/2016, DJe 29/2/2016).

A matéria, inclusive, encontra-se sumulada, consoante o enunciado 545/STJ, que dispõe: "Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal."

Contudo, no caso, o Tribunal local, entendeu que a confissão do acusado não foi utilizada para embasar o decreto condenatório:

"Com relação ao pleito recursal defensivo de reconhecimento da incidência da atenuante pela confissão espontânea, tenho que este não merece acolhida, pois a confissão do acusado mostrou-se de pouco valor ao processo.

Na fase policial, é verdade, o réu confessou a subtração dos bens da vítima, negando, contudo, o emprego de violência ou grave ameaça.

Em juízo, contudo, sequer houve confissão, aduzindo, o interrogado, que fora coagido a confessar o crime pelos policiais, e que manteria sua versão tão somente porque de nada adiantaria negar, ao argumento de que ninguém mesmo confiaria nele. **E nesse contexto, suas assertivas contraditórias não teve influência alguma na formação do convencimento da Magistrada no contexto fático-probatório dos autos**, em que a responsabilidade penal do agente já vinha robustamente sendo delineada desde o início das investigações, a partir das imagens captadas pelos equipamentos de segurança do mercado e do reconhecimento pela vítima." (e-STJ, fls. 208-209, grifou-se)

No caso, o Tribunal local entendeu que o convencimento do julgador não foi embasado em eventual confissão do acusado, assim, resta impossibilitada a incidência da atenuante da confissão.

Nesse sentido:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. ELEVADO PREJUÍZO. AUMENTO PROPORCIONAL. RECONHECIMENTO DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. DECLARAÇÕES NÃO UTILIZADAS PARA FUNDAMENTAR A CONDENAÇÃO. INVIABILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 545/STJ. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

IV - A incidência da atenuante prevista no art. 65, III, 'd', do Código Penal, independe se a confissão foi integral ou parcial, judicial ou extrajudicial, desde que utilizada para fundamentar a condenação. Súmula 545/STJ.

V - No presente caso, as declarações do paciente, tidas pela defesa como confissão, não foram utilizadas para fundamentar o decreto condenatório, razão pela qual não incide a atenuante da confissão espontânea (precedentes). Inteligência da Súmula 545/STJ.

Habeas corpus não conhecido." (HC 360.007/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 07/03/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do Regimento Interno do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator